

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À
ACTUAÇÃO DO GOVERNO EM RELAÇÃO À FUNDAÇÃO PARA AS
COMUNICAÇÕES MÓVEIS

10 DE MARÇO DE 2010

9.^a REUNIÃO

ORDEM DE TRABALHOS:

*AUDIÇÃO DO SR. DR. JOÃO TROCADO DA MATA, EX-RESPONSÁVEL DO PLANO
TECNOLÓGICO DA EDUCAÇÃO.*

O Sr. **Presidente** (Miguel Macedo)

Oradores:

Bruno Dias (PCP)

Luís Gonelha (PS)

Emídio Guerreiro (PSD)

Pedro Filipe Soares (BE)

João Paulo Correia (PS)

Michael Seufert (CDS-PP)

O Sr. **Presidente** (Miguel Macedo): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 15 horas e 2 minutos.

Sr. Dr. João Trocado da Mata, agradecendo a sua presença na Comissão de Inquérito, concedo-lhe, de imediato, a palavra para uma intervenção inicial.

O Sr. Dr. **João Trocado da Mata** (Ex-responsável pelo Plano Tecnológico da Educação): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, muito boa tarde a todos.

Farei uma breve declaração que respeitará ao enquadramento institucional do Plano Tecnológico da Educação.

Como sabem, o Plano Tecnológico da Educação foi aprovado em 2007. A Resolução do Conselho de Ministros que o cria é de 18 de Setembro e nessa Resolução é determinada a criação não só do Plano Tecnológico da Educação mas também de um Conselho de Gestão com a missão de coordenar, monitorizar e avaliar a execução do Plano Tecnológico da Educação, cuja composição e funcionamento seriam definidos por despacho da Ministra da Educação.

Esse despacho foi assinado em 7 de Dezembro e publicado em Janeiro de 2008, sendo nele definido o Conselho de Gestão e a sua composição, atribuindo ao Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação a coordenação do Plano Tecnológico da Educação. Portanto, eu, na qualidade de director-geral do Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, assumi a coordenação do Plano Tecnológico da Educação.

O objectivo do Plano Tecnológico da Educação é conhecido, é colocar Portugal entre os cinco países europeus mais avançados em matéria

de modernização tecnológica do ensino. O Plano tem três eixos: um eixo de tecnologia, um outro eixo respeitante a conteúdos e um terceiro eixo relativo à formação.

Também foram definidas metas ambiciosas, tais como ligar todas as escolas à *Internet* com uma velocidade mínima de 48 Mb e ter um computador por cada dois alunos.

Brevemente, posso referenciar aquilo que foi feito. Foram lançados mais 10 concursos públicos internacionais, que permitiram a criação de uma rede de área local em todas as escolas. E o que é que isto quer dizer? Quer dizer que, em todas as escolas, se garante a possibilidade de acesso em todos os espaços de ensino — e isto é particularmente relevante no que respeita à sala de aula.

Foi também lançado um concurso que permitiu ligar as escolas em banda larga de alta velocidade, cumprindo a meta definida no Plano. Temos, hoje, as escolas do 5.º ao 12.º anos, o universo do Plano Tecnológico da Educação, ligadas com, pelo menos, 64 Mb, pelo que a meta dos 48 Mb foi, de certa forma, superada.

E foram também reforçados os instrumentos de apoio aos processos de ensino e de aprendizagem. Foi reforçado o parque informático das escolas, com a aquisição de cerca de 111 000 computadores; foram colocados videoprojectores em todas as salas de aula; e quadros interactivos, um por cada três salas de aula.

Foi também reforçada a segurança das escolas, com a implementação do projecto da videovigilância e do cartão electrónico do aluno.

Neste quadro, atendendo a que o Plano Tecnológico da Educação e os projectos referidos respeitam às escolas do 5.º ao 12.º anos e atendendo à meta de partida para aquilo que era o apetrechamento informático das escolas (refiro-me, em concreto, ao número de computadores existentes — em 2005, o rácio era de 1 computador ligado à *Internet* por cada 15

alunos), são conciliadas as iniciativas e.escola e e.escolinha, uma vez que o Plano Tecnológico da Educação não se dirigia às escolas do 1.º ao 4.º ano, às escolas do 1.º ciclo. Pese embora o projecto da banda larga tivesse abrangido essas mesmas escolas, na sequência de uma tradição que é respeitada e mantida em momentos anteriores, em concursos públicos internacionais anteriores, essas escolas tinham sido objecto de intervenção.

Dito isto, estou à disposição dos Srs. Deputados para colocarem as questões que entenderem.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, nos termos daquilo que tem sido o procedimento adoptado na Comissão e porque foi o primeiro a requerer a presença do Sr. Secretário de Estado, o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Dr. João Trocado da Mata, começo por cumprimentá-lo.

Queremos colocar-lhe algumas questões sobre as quais gostaríamos de ouvir o seu esclarecimento, a sua informação e o seu testemunho, num ângulo fundamentalmente direccionado para a articulação entre a intervenção que V. Ex.^a teve e a estrutura que foi dirigindo e, de um modo geral, o Ministério da Educação, também por via do Plano Tecnológico da Educação que acabou de citar e este projecto mais específico do programa e.escola (*lato sensu*, englobando, pois, o e.escola, o e.escolinha, o e.professor, etc.).

Da nossa parte (e isto não é novidade nenhuma) tem havido um conjunto de reservas e de divergências, do ponto de vista das opções, quanto a diversas situações concretas ao nível da definição e da concretização do Plano Tecnológico da Educação.

Mas há aspectos que devem ser tidos em conta quanto à própria experiência que essa intervenção constitui e reconheça-se à experiência

mais longa e anterior a este Plano Tecnológico da Educação, porque todos sabemos que, ao longo dos anos, há um percurso, uma experiência e um trabalho que tem sido desenvolvido, que não começa em 2007, nem em 2009, nem em 2005, e que, a bem de todos, deve ser enquadrado e articulado para termos aqui uma abordagem coerente, integrada e que não desperdice os avanços registados no passado.

Em relação ao programa e.escola, há uma situação concreta que, desde o início, chamou a nossa atenção e que tem a ver exactamente com isto que acabei de dizer, isto é, com a experiência acumulada ao nível das estratégias para as tecnologias da informação e comunicação nas escolas e a importância e a atenção que foi dada ou não, relativamente a isso, no concretizar e no definir do próprio programa e.escola.

Gostava que o Sr. Dr. pudesse dar um testemunho não apenas sobre o Plano Tecnológico da Educação que começou por referir mas, de uma forma mais ampla e integrada, quanto à acção desenvolvida nas estruturas educativas, ao longo dos anos, em matéria de TIC nas escolas. E estou a pensar — e não apenas nesta questão mas esta é uma das questões incontornáveis para nós — na utilização de *software* livre nas escolas. Embora consideremos que há muita coisa a fazer e muita coisa que já podia e devia ter sido feita, a verdade é que não dizemos que nada foi feito. Dizemos que há uma experiência, até interessante, que há conteúdos desenvolvidos, em termos de *software* educacional, etc., ao nível do Ministério da Educação. O que estranhámos é que nada disto, aparentemente, tenha sido tido em conta no lançamento do programa e.escola.

O Sr. Presidente da Fundação para as Comunicações Móveis, na reunião que aqui tivemos com ele, veio dizer-nos que no programa e.escolinha houve uma intervenção muito directa e uma participação efectiva do Ministério da Educação. Tanto mais que foi possível garantir

em todos os computadores *Magalhães* a utilização de *software* livre e o chamado *dual boot*, ou seja, a disponibilização sem termos de escolher, *a priori*, se queremos um computador com este *software* ou com aquele. Isto foi no e.escolinha. Ora, dois anos antes, quando sai o e.escola, com os computadores portáteis e a ligação banda larga móvel, aquilo que ouvimos da parte do Dr. Mário Franco, presidente da Fundação, é que o principal papel do Ministério da Educação foi na cobrança e no procedimento logístico para a distribuição dos computadores, e ao nível da certificação, garantindo que aquele computador tinha ido para aquele aluno. Foi este o testemunho que o Dr. Mário Franco nos deixou na Comissão.

Ora, gostava que nos pudesse explicar como é que só tão tarde, apenas tão tarde, quando aparece o programa e.escolinha e o computador *Magalhães*, o Ministério da Educação assume o papel que assumiu a partir daí, e não antes.

E gostava que nos confirmasse e nos desse um testemunho sobre a estratégia do Ministério da Educação ao nível da utilização de *software* livre nas escolas.

Não sei se estou enganado, mas julgo saber que, com o e.escola, com os portáteis do e.escola, é a primeira vez, em muitos anos, que computadores portáteis direccionados para a escola não têm *software* livre em *dual boot*, porque, durante muito tempo, esses computadores, disponibilizados nomeadamente para os professores, salvo erro, mas também ao nível dos centros de recursos (dizendo à moda antiga), esses computadores, dizia, ou melhor, esse sistema já era uma prática absolutamente comum, que é interrompida, ao fim de uma série de anos, pela primeira vez, com os computadores em que o beneficiário, como se tem dito, tem de escolher entre utilizar o portátil com o *software* proprietário, ou dizer «não, não quero; quero *software* livre, mas que não tenha outro». E ficámos a saber que só numa das três operadoras, a TMN, é

que isso foi possível; as outras duas operadoras nem sequer essa possibilidade davam, em termos de opção alternativa.

E gostava que nos dissesse qual foi, afinal, o papel que o Ministério da Educação teve no lançamento deste programa, se o Ministério das Obras Públicas simplesmente ignorou a estrutura educativa, tratando-se de um programa dirigido à comunidade educativa (o que, para nós, é algo de estranhar desde o início), e, ao fim e ao cabo, a propósito deste despacho que, digamos, nomeou o Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação como a entidade responsável pela coordenação do Plano Tecnológico da Educação, que articulação existiu (e eu, em termos de datas, começo a ver aqui uma ligação maior, cronologicamente, com o e.escolinha, enquanto que, antes, no tempo do e.escola, parecia não existir nada, mas não é verdade, porque já existia no Ministério da Educação outra estrutura que tinha estas responsabilidades).

E, já agora, gostava que nos pudesse adiantar também o papel que, ao longo do tempo, foi assumido por uma estrutura designada «Computadores, Redes e Internet na Escola» (CRIE) e que papel é que teve principalmente no e.escola e no e.escolinha. Portanto, não em relação ao Plano Tecnológico da Educação no percurso que teve ao nível do Ministério, mas em relação especificamente a este programa.

Uma última questão tem a ver com aquilo que se costuma designar por criação de competências ao nível curricular, do ponto de vista das competências TIC. É que não podemos esquecer que, mais do que disponibilizar computadores, ligações à Internet, etc., há uma preocupação fundamental que não pode ser perdida de vista, que é o aproveitamento concreto para bem do desenvolvimento e da aprendizagem dos estudantes (e não só, também, de um modo geral, da nossa sociedade).

E embora exista, como comecei por referir, esse pacote de conteúdos e de *software*, desenvolvido ao nível do Ministério da Educação e

relacionado com este TIC, o que observamos é, apesar de tudo (e tem sido constatado de uma forma muito veemente por várias estruturas e por várias avaliações do programa e.escola), um grande subaproveitamento, do ponto de vista da aplicação concreta e da utilidade concreta deste tipo de iniciativas, ao nível educativo e ao nível curricular. Ou seja (e nós ouvimos muitas vezes este testemunho), «caiu» dentro da sala de aula (desculpe e expressão) um computador — e pode ser um, podem ser 10 ou 20 — e relativamente à integração curricular e não apenas de uma disciplina TIC, não é disso que estamos a falar.

Estamos a falar é do aproveitamento pleno deste tipo de condições e de potencialidades que está longe de ser aproveitado, segundo a esmagadora maioria das avaliações que ouvimos.

Por analogia, houve um professor que me chegou a dizer, quase em jeito de desabafo que, se nós distribuíssemos 1 200 000 microscópios, isto não faria do nosso país, um País com mais 1 200 000 potenciais cientistas ou mais conhecimento ao nível da ciência e da química. Não basta distribuir equipamentos! E esta era uma questão que eu gostava que nos pudesse transmitir, do ponto de vista da aplicação concreta das insuficiências que esta matéria coloca.

Finalmente, Sr. Presidente e Sr. Professor, há aqui um aspecto que é importante do ponto de vista da aplicação do programa e.escola e do e.escolinha, que é a contabilização, possível de fazer, relativamente à sobrecarga que, na altura, foi muito sensível e muito visível, que levou a que os professores, ao nível das diversas escolas de norte a sul servissem de agentes no concreto, a forma de processar a distribuição e as candidaturas para o e.escolinha, nomeadamente. Esta foi uma questão muito sentida nos professores, durante bastante tempo este problema foi colocado, e sentia-se, ao nível das escolas, que os professores estavam a ser colocados ao serviço do programa e.escolinha e com um procedimento quase burocrático que,

inclusivamente, passou pela inscrição do número de identificação fiscal, do número de contribuinte do professor, num processo que era canalizado para dar seguimento àquela candidatura deste, daquele e daqueloutro aluno. E, desse ponto de vista, estas são preocupações que foram transmitidas, na altura, e que nos chegaram mas todas elas levantam uma preocupação comum, que é a seguinte:...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, agradeço-lhe que conclua.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Vou terminar, Sr. Presidente, concluindo esta última questão que estou a colocar.

O Eng.º Mário Lino, o ex-ministro, na semana passada veio dizer a esta Comissão, que conseguiu a proeza, na negociação com os operadores, de negociar com os operadores uma forma de garantir que o processamento destes programas e.escola e e.escolinha fosse concretizado a custo zero e apenas com os meios, os recursos disponibilizados pelas próprias operadoras.

Ora, na verdade, há centenas ou milhares e professores que foram colocados ao serviço destes programas, no âmbito das suas funções de professor. E, desse ponto de vista, pergunto até que ponto é que há aqui a contabilização, a estimativa, a análise do que isto significou para uma acção concreta e para uma prática administrativa que, supostamente, estava acometida aos próprios agentes coordenadores desta operação.

Muito obrigado, Sr. Presidente pela tolerância.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado Bruno Dias.

Para responder, tem, então, a palavra o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Dr. João Trocado da Mata: — Sr. Presidente, tentarei responder às seis questões que enumerei.

O programa e.escola, que inclui os programas e.professor, e.formando, e.aluno, e.juventude, um conjunto de *ee*, mais o e.escolinha, é um programa que visa dinamizar o desenvolvimento da sociedade da informação em Portugal e que parte da escola e das instituições de formação, parte dessas instâncias para acelerar o desenvolvimento da sociedade da informação.

No quadro desses programas, foram distribuídos mais de 1 000 000 de computadores, julgo que 1 200 000 computadores, que deram um contributo, no meu ponto de vista, essencial, para garantir igualdade de oportunidades no acesso às tecnologias da informação e da comunicação.

Costumo dizer, muitas vezes, que o Plano Tecnológico visa também atingir esse objectivo e parte dos indicadores iniciais de um computador para 15 alunos, era esse o *ratio* que tínhamos, em 2005, nas nossas escolas, ou seja, um computador ligado à *Internet*, por cada 15 alunos. Esse facto, do meu ponto de vista, levanta um problema de equidade: nós constantemente fazemos o discurso da importância das tecnologias da informação e da comunicação, para trabalhar, para estudar, para viver e a decisão foi a de tornar esse discurso consensual, concretizar esse discurso, colocando mãos à obra.

Ora, este programa deu um contributo muito valioso, para garantir igualdade de oportunidades no acesso às tecnologias da informação e da comunicação. Aquando do lançamento do programa e.escola, como bem sabem, eu não desempenhava as funções de coordenador do Plano Tecnológico da Educação, como sabem, o plano foi aprovado em Setembro, o despacho do conselho de gestão, assinado em Dezembro e publicado em Janeiro, e portanto, nessa matéria, definir aqui, perante a Comissão quais foram as razões que estiveram na base fica um pouco

difícil para mim fazer essa apreciação, não estando, na altura a desempenhar as funções que, mais tarde, viria a desempenhar.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Começaram em 2009?

O Sr. Dr. João Trocado da Mata: — Em 2008, já o programa e.escola tinha sido lançado.

De qualquer modo, no quadro do Plano Tecnológico da Educação, acompanhei o programa. O Ministério da Educação emitia uns códigos para os beneficiários e havia articulação com a Fundação para a verificação daquilo que era o processo de inscrição e de requisição de computador a partir dos códigos emitidos pelo Ministério da Educação. De qualquer forma, este programa e.escola é um programa que, de um certo ponto de vista estabelece uma relação contratual entre entidades privadas, entre operadores e entre as famílias, dirigido àquilo que era a população escolar.

Dito isto, aquilo que era o papel do Ministério da Educação no programa e.escola, para além do acompanhamento do processo, era um papel não comparável ao que viria a assumir no programa e.escolinha. O Ministério da Educação garantia condições para que o programa se concretizasse e chegasse às escolas, aos alunos, aos professores, mas o programa não foi, tanto quanto julgo saber, desenhado pelo Ministério da Educação. Foi um programa para o desenvolvimento da sociedade da informação, aproveitando as contrapartidas e as obrigações dos operadores para o desenvolvimento da sociedade da informação.

Quanto às questões do *software* livre, julgo que a CRIE, no concurso que lançou para a aquisição de portáteis, julgo que esse concurso foi lançado em Dezembro, não sei se no final de 2006, se no início de 2007, mas a CRIE lançou um concurso e julgo que o sistema era *dual boot* com *software* proprietário e com *software* livre, mas não o posso confirmar,

embora julgue que sim porque essa era, de facto, uma regra que é aplicável no Ministério da Educação, já há muitos anos, no sentido de garantir diversidade e não circunscrever os sistemas operativos.

No que respeita às questões relativas às competências e que têm por base o princípio de que o Plano Tecnológico da Educação deu apresentar atenção à tecnologia e, não, às competências. Julgo que era essa a sua questão, quando exemplificava, com alguns testemunhos de alguns professores, nomeadamente o testemunho daquele professor que dizia que 1 200 000 microscópios não fazem um cientista. Estou de acordo que 1 200 000 microscópios não fazem um cientista, mas a ausência de microscópios dificilmente também gerará cientistas. Qual era a situação, nesta matéria? Durante anos e durante as últimas duas décadas, o trabalho que foi feito, em matéria de modernização tecnológica da escola, apostava em conteúdos e em formação; e o resultado dessa aposta era que os professores chegavam à escola e não tinham o equipamento.

Aliás, quando lançámos o portal das escolas, aquilo que fizemos foi recensear, inventariar e referenciar, de acordo com as regras internacionais, mais de 1000 recursos educativos digitais, que tinham sido desenvolvidos pelo Ministério da Educação, adquiridos pelo Ministério da Educação, ao longo de décadas, e que estavam dispersos por vários organismos ou instituições. Quando olhamos para o Plano Tecnológico da Educação e para os computadores, não vemos esta ênfase na tecnologia como um fim em si mesmo, mas como um meio. E do meu ponto de vista, a tecnologia é um meio fundamental para modernizar os processos de ensino, para melhorar o desempenho escolar dos alunos. São vários os estudos que têm vindo a apontar a existência de uma correlação positiva entre a utilização das TIC em contexto de sala de aula e o desempenho escolar dos alunos, aliás, vários professores têm feito esse testemunho, em algumas das escolas que tenho a oportunidade de ir visitar, dizendo que os alunos, por exemplo, com

a presença das aulas mediadas por quadro interactivo reforçaram a sua atenção. E, portanto, temos elementos que nos permitem afirmar a tecnologia como um meio para atingir um fim; e esse fim é o da melhoria dos resultados escolares, é garantir condições de igualdade de oportunidades a todos os alunos.

E, para garantir igualdade de oportunidades a todos os alunos, é preciso garantir condições de acesso; e nós olhamos para a escola como a principal instância de redução das desigualdades sociais de partida dos alunos, não só como instância de redução das desigualdades sociais mas também como instância promotora de trajectórias de mobilidade ascendente. Não vejo outra instituição com esta capacidade de promover, da forma como promove, mobilidade social ascendente e, nesse quadro, reduzir as desigualdades sociais de partida dos alunos. E, quando estamos a criar condições nas escolas, condições de igualdade de oportunidades no acesso aos computadores, estamos a respeitar e a pôr em prática este princípio.

Depois, respondendo à questão do programa e.escolinha e da participação dos professores neste programa: o que é que nós tínhamos no programa e.escola? No programa e.escola, o Ministério da Educação emitia um código, esse código era disponibilizado, por exemplo, no caso do e.aluno ao aluno ou do e.professor, e com esse código o professor dirigia-se ao site do programa e.escola e fazia a sua inscrição, fazia o seu pedido de computador. O processo era externo à escola.

Teríamos ou não condições de reproduzir esse mesmo modelo no que respeita a alunos com cinco ou seis anos de idade ou a alunos que se situam na faixa etária dos cinco aos 10 anos de idade?

A participação da escola em todo este processo tem uma lógica e assenta no seguinte princípio: ponto número um, era preciso que a escola, no que respeita ao programa e.escolinha, se constituísse como centro e que

os computadores para os alunos do 1.º ciclo fossem vistos como material escolar para serem utilizados em contexto de sala de aula. Ou seja, tornava-se necessário dar à escola um papel activo em todo esse processo. Portanto, o Ministério da Educação fez questão que a inscrição fosse feita a partir da escola e que a distribuição dos computadores fosse feita nas escolas, o que permitiria envolver a escola em todo este processo e dar maior legitimidade à escola para a utilização do computador em contexto de sala de aula, até porque sabia quais eram os alunos que dispunham de computador. Tratou-se, portanto, de envolver a escola.

Por que é foi pedido aos professores para, com a ajuda dos serviços administrativos, fazerem a inscrição dos seus alunos? Lembro que estamos a falar do 1.º ciclo, de regime de monodocência, e que cada professor, com a ajuda dos serviços administrativos, só inscreveu os seus alunos, julgo que no máximo 24 alunos, e também sei que o formulário era de preenchimento simples. Para garantir que o professor, quando entrava no sistema, só via os seus alunos foi criada uma ligação ao gabinete do sistema de informação do Ministério da Educação que utilizava o NIF do professor como código de validação. Ou seja, quando o professor introduzia os dados, o NIF, o sistema de informação do Ministério da Educação devolvia os alunos desse mesmo professor.

Portanto, foi essa a razão, sendo certo que os alunos de 5, 6, 7, 8 ou 9 anos não poderiam fazer a inscrição, julgo que não teriam condições. Estando a falar do universo de alunos do 1.º ciclo e não tendo os alunos condições, uma boa parte dos pais e dos encarregados de educação desses alunos também não teriam condições para inscrever os seus alunos, ou porque não dispunham de *Internet* em casa ou porque, mesmo dispondo, julgamos que não teriam o grau de literacia necessário. Portanto, foi pedido à escola para ter um papel mais activo e mais uma vez garantir que todos, independentemente do capital escolar e cultural dos pais, teriam acesso a

um computador. Foi essa a razão. Bem sei que não foi entendido dessa forma, mas a razão foi essa. Foi uma medida para criar igualdade de oportunidades no acesso a computador.

Não sei se ficou alguma questão por responder.

O Sr. Presidente: - Sr. Secretário de Estado, nas minhas notas, tenho aqui a questão da integração curricular da introdução das tecnologias de informação e comunicação (TIC) nas escolas. É a única nota que tenho, embora já tenha abordado essa matéria, é certo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. Bruno Dias (PCP): - Sr. Presidente, é efectivamente como está a dizer. Importava aprofundar um pouco esta questão do ponto de vista concreto em termos do aproveitamento destas potencialidades para o processo de ensino e de aprendizagem não apenas voltado para as TIC, mas de uma forma mais ampla.

Ficou também uma dúvida da intervenção do Sr. Secretário de Estado: se é a partir de 2008 que começa com as responsabilidades que teve no Plano Tecnológico da Educação, em que âmbito é que a articulação com o Ministério da Educação se poderia ter feito no programa e.escola, quando é lançado e qual o papel da Equipa Multidisciplinar Computadores, Redes e Internet na Escola (ECRIE) ou, se neste processo não houve papel nenhum, com quem é que se podia ter falado no Ministério da Educação antes de 2008. É, ao fim e ao cabo, a dúvida que queria esclarecer.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Dr. João Trocado da Mata: - Quanto à questão da integração curricular, com o despacho que define a orgânica do Plano Tecnológico da

Educação, o tal despacho assinado em Dezembro de 2007, foram criados vários grupos de trabalho e foram criadas equipas PTE (Plano Tecnológico da Educação) nas escolas sedes de agrupamento ou escolas não agrupadas. E aquilo que competia a essas equipas era justamente, em articulação com a equipa que sucedeu à equipa multidisciplinar ECRIE, ou seja, a Equipa de Recursos e Tecnologias Educativas/Plano Tecnológico da Educação (ERTE/PTE), a definição de planos para a utilização das tecnologias, a utilização dos computadores em contexto de sala de aula. É importante. O Plano Tecnológico da Educação, do ponto de vista da sua orgânica, envolve não só todos os serviços centrais e regionais, mas também as escolas e aquilo era pedido a essas equipas PTE, que substituíssem o coordenador de TIC. Portanto, aumentámos e diversificámos o número de elementos, porque justamente aquilo que se pedia às escolas era um desafio ainda maior, ou seja, o desafio da integração das TIC nos processos de ensino e de aprendizagem. Portanto, uma das atribuições da ERTE/PTE, que funciona da dependência da Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, é justamente tratar das questões da integração das TIC nos processos de ensino e de aprendizagem.

No que respeita às questões do e.escola, penso que essas questões deverão ser colocadas a outros intervenientes, que sei que virão cá e que estarão em melhores condições de responder.

O Sr. Bruno Dias (PCP): - Já agora, quer dizer-nos quais, por favor?

O Sr. Dr. João Trocado da Mata: - Julgo que virá cá o Coordenador do ECRIE que, na altura, tinha essas atribuições.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado, Sr. Secretário de Estado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Gonelha.

O Sr. Luís Gonelha (PS): - Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, julgo que, neste momento, é bom fazer aqui um ponto de situação.

Julgo ter compreendido ou depreendido das palavras do Sr. Secretário de Estado, que está aqui como ex-coordenador do Plano Tecnológico da Educação e por ser o Director-Geral do Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, que só tomou posse como coordenador do Plano Tecnológico em Janeiro, Fevereiro de 2008. Julgo ter percebido isso. É importante datar aqui algumas situações, porque o Plano Tecnológico da Educação foi definido muito mais cedo.

O Plano Tecnológico da Educação tinha vários programas e foram lançados vários concursos públicos para a execução desses programas que o Sr. Prof. João Trocado já aqui referiu, nomeadamente o sistema do cartão electrónico, os sistemas externos de videovigilância, aumentar a velocidade de ligação à *Internet*, a *Internet* em todas as salas de aula e em todo o espaço escolar, montar o kit sala de aula - que consistia num quadro interactivo, num computador, num videoprojector e numa impressora na sala de aula com os objectivos que estavam estipulados - e a aquisição de computadores em número suficiente para todos os alunos nas bibliotecas e nas salas TIC, nos centros de recurso, de modo a atingir em 2010 a meta de um computador por cada dois alunos.

Algumas destas medidas tinham como principal objectivo melhorar os resultados escolares. Penso que o investimento feito nisto tudo ronda os 400 milhões de euros. Assim, pergunto, apesar de nessa altura o Sr. Prof. não ser ainda coordenador do Plano Tecnológico da Educação, se sabe que participação é que teve esse Plano Tecnológico da Educação na definição destes objectivos e destas medidas.

Simultaneamente a isto, foi definido um programa não pelo Plano Tecnológico da Educação, mas pelo Plano Tecnológico com vários

intervenientes no mercado e com o Ministério das Obras Públicas, que se chamou e.escolas e que era a possibilidade de vários intervenientes em várias iniciativas promovidas pelo Ministério da Educação - professores, Novas Oportunidades, associações académicas e alunos - adquirirem os seus computadores. Portanto, esta era uma iniciativa de aquisição de computador individual e não um objectivo do Plano Tecnológico da Educação.

Portanto, são duas coisas distintas, porque esta é uma Comissão de Inquérito à Fundação para as Comunicações Móveis e aqui só temos uma lidação com o e.escolas e, dentro disso, com o e.oportunidades e com o e.escolinha, particularmente.

O e.escolinha tinha um âmbito completamente distinto e a primeira pergunta que faço ao Sr. Prof. é se, já enquanto coordenador do Plano Tecnológico da Educação, participou na definição dos critérios do e.escolinha, das condições técnicas que deveriam ter esses computadores, dos conteúdos que deveriam ter esses computadores e se o Plano Tecnológico da Educação participou já na elaboração dessas normas ou desses critérios.

Em segundo lugar, foi-nos aqui transmitido quer pelo Coordenador do Plano Tecnológico, Prof. Dr. Carlos Zorrinho, quer pelo Sr. ex-Ministro das Obras Públicas, Eng. Mário Lino, que a lidação do Plano Tecnológico era com pontos focais em cada Ministério. Queria perguntar quem era o ponto focal no Ministério da Educação - se era ou não o coordenador do Plano Tecnológico da Educação - e que intervenção teve enquanto coordenador na definição de algumas destas iniciativas que aqui já referi.

Fazendo um aparte, foi aqui levantada a questão de que parece que «caiu» um computador em cada sala de aula. Tenho conhecimento de que o Plano Tecnológico tomou iniciativas com algumas empresas privadas para não haver o sentimento de que «caiu» um computador numa sala de aula.

Ou seja, as academias TIC e os estágios TIC foram promovidos pelo Plano Tecnológico exactamente para evitar que as pessoas adquirissem um meio, nomeadamente um computador informático, e não soubessem trabalhar com ele nem quais os objectivos que se pretendiam com o Plano Tecnológico da Educação. Se estiver errado, Sr. Prof., por favor, peço-lhe para me corrigir.

Por último, gostaria de saber se o Plano Tecnológico da Educação teve alguma intervenção na definição dos critérios do e.escolinha e se nalguma dessa definição do e.escolinha obrigou a que o computador fosse o *Magalhães*, a que o seu *software* fosse da Intel ou a que o seu *software* fosse da Microsoft e o *hardware* fosse da Intel.

Portanto, são estas as questões que, neste momento, gostava que o Sr. Prof. nos pudesse clarificar, porque esse é o ponto essencial no âmbito desta Comissão de Inquérito.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado, Sr. Deputado.

Antes de dar a palavra ao Sr. Dr. João Trocado da Mata, para responder, queria sublinhar que, de facto, estava a tratar o Sr. Dr. por secretário de Estado - é o que acontece, geralmente, na Assembleia da República -, mas já tinha dito no início desta inquirição que não está na qualidade de Secretário de Estado. Disse, de resto, que estava na qualidade de ex-responsável do Plano Tecnológico e é nessa qualidade que está a ser ouvido na comissão de inquérito.

O Sr. Dr. João Trocado da Mata: - Sr. Presidente, não foi com intenção de diminuir o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Presidente: - Fez muito bem, porque introduz rigor nesta questão.

Tem a palavra, Sr. Dr.

O Sr. Dr. João Trocado da Mata: - Começou por enunciar os concursos públicos internacionais e a meta de um computador por cada dois alunos. Se tivermos em linha de conta os computadores distribuídos aos alunos do 1.º Ciclo, temos, neste momento, um rácio de um computador por cada dois alunos em todo o sistema educativo, excluindo a educação pré-escolar, portanto, do 1.º ao 12.º ano.

Relativamente às questões que estão a montante da coordenação do Plano Tecnológico da Educação, enquanto director-geral do Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE), tinha a atribuição e a competência para o desenvolvimento de estudos. Lembro que o Plano Tecnológico da Educação resulta desses mesmos estudos. Foi feito um estudo de diagnóstico no que respeita à modernização tecnológica do ensino e foram feitos vários exercícios de *benchmarking* internacional, tentando identificar boas práticas, passíveis de serem aplicáveis no País. Desses dois estudos, do estudo de diagnóstico feito sobretudo junto das escolas e dos seus actores privilegiados e do *benchmarking* internacional resultou o Plano Tecnológico da Educação, que foi submetido à tutela, e que viria a ser apresentado, julgo, no final de Julho de 2007.

A questão da gestão dos projectos incluídos no Plano Tecnológico de Educação foi, como já disse, mais tarde resolvida.

Imagino que esse tempo que mediou a apresentação e a definição da estrutura de coordenação teve a ver com o estudo das condições institucionais para levar a cabo um projecto que orçava em cerca de 400 milhões, se houvesse alguma estrutura no Ministério da Educação que fosse capaz de assumir, também, esse encargo.

De facto, o objectivo era muito ambicioso e os projectos inscritos eram de enorme dimensão.

Portanto, quanto ao meu papel, ao papel do Gabinete de Estatística e de Planeamento da Educação, a montante da aprovação do Plano Tecnológico, o gabinete foi responsável pelos estudos que deram origem ao Plano Tecnológico.

Depois, quanto à questão do ponto focal na estrutura de coordenação do Plano Tecnológico, o ponto focal não era eu enquanto Director-Geral do GEPE, era o Prof. Carlos Pinto Ferreira, que foi nomeado em 2005, ou em 2006 (não consigo precisar) e foi entendimento da tutela mantê-lo como ponto focal até ao final da legislatura. Obviamente, articulava com o Prof. Carlos Pinto Ferreira, como também articulava com o Prof. Carlos Zorrinho. Mas o canal formal era este: o ponto focal era o Prof. Carlos Pinto Ferreira e foi nomeado ponto focal enquanto director da equipa de missão para o desenvolvimento do Sistema de Informação do Ministério da Educação (MISI).

Quanto à questão das academias e dos estágios, permita-me que adicione o programa Competências TIC e da criação do Sistema de Formação e Certificação de Competências em Tecnologias de Informação e da Comunicação, que é um dos projectos que está previsto no Plano Tecnológico da Educação.

Nesta matéria foi feito um estudo que envolveu quatro universidades no sentido de definir um sistema que permitisse formar e certificar professores.

Desse estudo resultou um modelo modelar, sequencial e disciplinarmente orientado.

Qual é a importância de ser disciplinarmente orientado? É justamente permitir que os professores, ao fazerem formação em tecnologias da informação e da comunicação, a façam na sua área disciplinar, podendo, dessa forma, tirar todo o partido das aplicações existentes. Ou seja, um professor de matemática deve fazer formação, por

exemplo, na utilização de aplicações de matemática em quadros interactivos.

A ideia é passar da formação genérica em TIC, que, ao longo das últimas décadas, mobilizou enormes recursos e teve, em média, por ano, 40 000 professores em formação, para uma formação mais orientada para sala de aula.

A questão dos estágios e das academias entra também neste eixo da formação. As academias visavam, no essencial, criar espaços de formação, permitindo aos alunos dessas escolas, para além da formação e da certificação escolar e profissional, adicionar uma terceira certificação, a certificação de indústria.

Depois, quanto à participação do Plano Tecnológico na definição de critérios no programa e.escolinha, penso que estas questões estão relativamente claras até em função das intervenções feitas por exemplo por Eng.º Mário Lino, que tive oportunidade de ouvir.

Aquilo que competiu ao Ministério da Educação no programa e.escolinha foi validar os conteúdos que entravam no *Magalhães*. Ou seja, uma participação activa na definição da imagem do computador, entendendo-se por imagem o conjunto de recursos do computador.

Sobre essa matéria, a orientação da tutela era a de que o computador tivesse *dual boot*. Esta ideia era também partilhada pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Portanto, esta questão foi consensual no que respeita ao computador e.escolinha. A partir daí, aquilo que o Ministério da Educação fez em matéria de conteúdos foi avaliar o seu interesse pedagógico e verificar se eles eram adequados à idade dos alunos.

Penso que serão conhecidos os conteúdos que entraram no computador *Magalhães*. No essencial, são conteúdos que respeitam a dois sistemas operativos e a ferramentas de produtividade - folhas de cálculo, os processadores de texto e afins. Depois, entrou mais um conjunto de

programas propostos pela Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC), que tinha como missão, no Ministério da Educação, fazer essa aferição dos conteúdos.

Entretanto, assumiu a presidência a Sr.^a Vice-Presidente Paula Barros.

A Sr.^a Presidente: - Tem a palavra o Sr. Deputado Emídio Guerreiro.

O Sr. Emídio Guerreiro (PSD): - Sr.^a Presidente, cumprimento as Sr.^{as} e os Srs. Deputados, e o Dr. João da Mata, a quem agradeço a disponibilidade que tem tido para responder às questões.

Gostaria de fazer um enquadramento para ver se conseguimos ir avançando nos trabalhos da comissão de inquérito.

Tivemos já várias audições e percebemos que, na base de tudo isto, há uma vontade política que se traduziu numa questão transversal, que era o Plano Tecnológico.

Já ouvimos na comissão quer o seu responsável quer o adjunto do responsável, que nos foi dizendo que havia uma matéria transversal que se desenvolvia numa rede com um conjunto de pontos focais em vários ministérios e, que, depois, seriam os pontos focais que concretizavam as medidas, lidando com os parceiros fora da esfera pública.

Ouvimos, também, agora da parte do Sr. Dr., que, apesar de ter assumido que prestava funções no Plano Tecnológico da Educação no princípio de 2008, o ponto focal antes desta data não era o Dr. João da Mata, seria um outro, o Prof. Carlos Pinto Ferreira, que se manteve para além do *timing* da criação do Plano Tecnológico da Educação.

Primeira questão: de que forma é que o ponto focal e o Plano Tecnológico da Educação interagem, de que forma é que articulavam, se é

que existia articulação? Houve alguma transposição do *know-how* do ponto focal para o Plano Tecnológico da Educação, ou para si?

Percebemos, daquilo que disse, que não teve intervenção alguma no e.escola, porque como já vinha de trás, não podia ter, mas podemos ou não presumir que o ponto focal teve e que essa intervenção foi transmitida ao coordenador do Plano Tecnológico da Educação?

Por outro lado, também percebemos que, a partir de determinada fase, com a criação do Plano Tecnológico da Educação, teve uma intervenção já não no e.escola, mas no e.escolinha, ou seja no *Magalhães*, e teve oportunidade de dizer agora que foi sobretudo ao nível dos conteúdos, ou seja, da salvaguarda do que seria interessante do ponto de vista o Ministério da Educação.

A questão concreta que coloco é se, de facto, durante o tempo em que desenvolveu a actividade de coordenador do Plano Tecnológico da Educação, alguma vez teve reuniões com os parceiros, com os fornecedores deste equipamento, se alguma vez teve reuniões com a Fundação que ajudassem a definir esse parceiro ou que fizesse o acompanhamento com esses parceiros, quer com os fornecedores de *hardware*, *software* ou o próprio fabricante, a Intel, a Microsoft, JP Sá Couto, para percebermos se houve ou não essa relação.

Gostaria de perceber um dado. É que, de facto, até agora, quem gizou e concretizou este plano ambicioso, que tem uma incidência muito grande sobretudo na parte da educação junto do aluno, foi o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e, neste momento, vemos que há uma transferência para o Ministério da Educação, pelo que gostaria de tentar perceber porquê. Por que é que antes não foi o Ministério da Educação e por que é que agora já pode ser?

Há também uma alteração clara no *modus faciendi* disto, e o objecto desta comissão de inquérito é tentar perceber por que é que se escolheu

aquela forma de adquirir e de distribuir aqueles equipamentos, e não outra, nomeadamente aquela que, na nossa opinião, é a mais transparente, que é a do concurso público. Agora vemos que a opção recai aí.

Gostaria que me pudesse ajudar a perceber porquê, assim como gostaria de perceber o próprio concurso. Ou seja, com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações envolvido, através da Fundação, e com os parceiros privados, no âmbito das contrapartidas, possivelmente num quadro mais favorável para que isto se pudesse fazer mais rapidamente - tendo este sido um dos argumentos que ouvimos - chegámos a um preço de 214 € por máquina mais IVA, mais transportes e mais logísticas. A base do concurso que se lançou agora no âmbito do Ministério da Educação dá-nos um preço à volta dos 200 €. Gostaria de tentar perceber se, de facto, tem algum indicador e o que é que justifica que, num processo que, à partida, não foi escolhido porque era mais lento e, se calhar, poderia trazer mais custos, passemos, de facto, para uma possibilidade de os equipamentos serem mais baratos.

Por outro lado, não resisto a perguntar ao Sr. Doutor — e esta é uma questão um pouco lateral, mas que tem acompanhado muito, nomeadamente, as suas intervenções, com o papel e a importância que estes programas, reconhecidamente, têm no ganho de uma sociedade de informação mais avançada, com a criação de gerações de pessoas com outros requisitos que não aqueles que as nossas gerações e também as mais antigas tiveram — se, de facto, existem estes ganhos todos, quais foram os currículos que foram adaptados, para que possam ser ministrados através destes equipamentos, porque, até agora, não vim nenhum.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Eu sei! É uma questão lateral!

Sr. Deputado, se eu quisesse ser um bocado mauzinho, até poderia perguntar se, de facto, os jovens que foram contratados para a apresentação do Plano Tecnológico da Educação também foram por concurso público ou não, mas não estou a fazê-lo propositadamente!

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Comecei por dizer que era uma questão lateral, mas a verdade é que o Sr. Doutor, nas suas respostas, tem feito — e bem, na minha opinião — a apologia dos ganhos que existem, e que são reais, com a aplicação destas medidas. Por isso é que, ao fim de duas respostas a questões laterais que também lhe foram colocadas, não resisti a colocar-lhe esta questão, que tem a ver, de facto, com a introdução de conteúdos nos programas digitais, para que a eficácia possa ser ainda mais completa.

Neste momento, gostaria de ficar por aqui e, depois, numa segunda ronda, provavelmente, voltarei a questioná-lo.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Sr.^a Presidente, peço a palavra para interpelar a mesa.

A Sr.^a **Presidente** (Paula Barros): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Luís Gonelha** (PS): — Sr.^a Presidente, penso que a última questão que o Sr. Deputado Emídio Guerreiro aqui colocou não cabe na competência desta Comissão. Se era isso que o PSD pretendia, no

requerimento de constituição desta Comissão, deveria ter colocado um ponto a dizer que queria fazer a ponderação dos currículos da evolução curricular de acordo com as novas tecnologias. Penso, Sr.^a Presidente, que é uma questão que não cabe nesta Comissão.

A Sr.^a **Presidente** (Paula Barros): — Fica registada a interpelação.

Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. João Trocado da Mata.

O Sr. Dr. **João Trocado da Mata**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Emídio Guerreiro, começo, então, pela alteração curricular.

Sr. Deputado, não vejo uma relação directa entre a introdução das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e a necessidade de uma alteração curricular. Julgo que a assumpção dessa relação directa faria das TIC e da política para as TIC uma política baseada no determinismo tecnológico. Como tive oportunidade de dizer, as TIC são um meio. E, hoje aquilo, que é possível a partir do contexto da sala de aula, a partir da sala de aula, é o acesso a informação e a recursos educativos, disciplinarmente alinhados com os *curricula*, que permitem ao professor, no quadro da sua exposição, mobilizar recursos que, sem o Plano Tecnológico da Educação, não era possível. Agora, podemos olhar para o Plano Tecnológico da Educação também a partir da sala de aula.

As redes da área local permitiram que houvesse acesso em todos os espaços, em particular na sala de aula. De seguida, era necessário que o acesso à informação a partir da sala de aula fosse rápido, e, então, entra o projecto da ligação à *Internet* em banda larga. Depois, era preciso que o professor tivesse computador na sala de aula, e aí entra a questão do reforço dos instrumentos de apoio nos processos de ensino/aprendizagem e de aquisição dos computadores, dos videoprojectores e dos quadros

interactivos. Portanto, podemos ver tudo isto também a partir da sala de aula.

No que respeita ao ponto focal, como eu disse, ele manteve-se, era o Prof. Carlos Pinto Ferreira e era o ponto focal que formalizava a relação com o Plano Tecnológico. Como também já tive oportunidade de dizer, eu articulava com o Prof. Carlos Pinto Ferreira, bem como com o Prof. Carlos Zorrinho.

Uma das atribuições dos pontos focais era fazer o reporte da execução das medidas previstas no Plano Tecnológico da Educação. Eu não vejo como é que o Prof. Carlos Pinto Ferreira poderia ter feito esse reporte, dando conta da execução do Plano Tecnológico da Educação e do seu contributo para o Plano Tecnológico, senão fizesse a articulação com quem coordenava o Plano Tecnológico.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Como o Sr. Doutor disse que só chegou a determinada altura e que, por isso, não tinha, nem poderia ter objectivamente... Disse-nos também que, enquanto director-geral — por isso é que não frisei isto —, estive na elaboração de alguns estudos que, depois, permitiram... Era para saber se, de alguma forma, lhe foi transmitida alguma informação relativamente àqueles programas onde não teve participação, nomeadamente o e.escola e o e.escolinha, no que diz respeito aos conteúdos, ao tipo de maquinaria, etc., etc.

Pergunto-lhe se, quando assumiu essas funções, lhe foi passada alguma informação por parte do ponto focal, como, por exemplo, «nós, até agora, fizemos isto, escolhemos isto e fizemos assim e assim e os parceiros são estes» ou se, pura e simplesmente, há uma «tábua rasa» atrás de si e só a partir do momento em que chegou é que começou, de facto, como disse agora de uma forma muito clara, a articulação com ele ou directamente com o Dr. Carlos Zorrinho. Ou seja: havia matérias que o senhor passaria

ao ponto focal e outras que passaria directamente ao coordenador do Plano Tecnológico.

Portanto, o que gostaria de perceber — e foi essa a pergunta de há pouco — é se lhe foi dado, de alguma forma, o histórico até àquele momento, que, depois, lhe permitisse desenvolver a sua actividade.

A Sr.^a **Presidente** (Paula Barros): — Sim, Sr. Deputado. Já percebemos que não é tão-só a articulação a partir do momento em que Sr. Prof. passou a assumir funções mas também a transição de conhecimento e de *know-how* anteriormente.

Pode continuar, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **João Trocado da Mata**: — O histórico respeita ao lançamento de um programa destinado a alunos, a professores e a formandos e à participação do Ministério da Educação na concretização desse programa. Como lhe disse, a participação do Ministério da Educação no quadro do Programa e.escola era centrado na emissão de códigos e na articulação com a Fundação para a verificação dos beneficiários, verificando-se tudo o que respeitava à atribuição de códigos e às inscrições e tentando resolver os problemas respeitantes à inscrição dos beneficiários no Programa.

Como lhe disse trata-se de um programa desenvolvido e executado pelo Ministério das Obras Públicas, dirigido em grande parte à população escolar. A participação do Ministério da Educação foi esta. Aliás, acho que foi isto que foi dito pelo Eng.º Mário Lino, na altura Ministro das Obras Públicas.

No quadro do Programa e.escolinha, também já o disse aqui, o Ministério da Educação defendeu que a escola deveria ter uma participação activa em todo o processo. Já expliquei as razões pelas quais o Ministério

da Educação defendeu esse posicionamento. Portanto uma boa parte do trabalho que está plasmado no regulamento da iniciativa e.escolinha, respeitava a todo o processo de inscrição no Programa.

Foi montado um sistema de informação conjunto, de modo a que os professores fizessem a inscrição dos alunos a partir da escola e, por sua vez, esse sistema do Ministério da Educação estava ligado ao sistema de informação das Obras Públicas, que, por sua vez, estaria ligado ao sistema dos operadores e dos distribuidores.

Portanto, tratava-se aqui de um grande sistema de informação. E, como poderá imaginar, havia reuniões frequentes com a Fundação para as Comunicações Móveis para tratar destas questões técnicas — inscrições que não eram validadas pelo sistema, que estavam incompletas e que eram devolvidas. Eram estas questões técnicas que ocupavam, de facto, muito tempo e que era importantes serem resolvidas, de modo a que os computadores pudessem chegar o mais depressa possível aos beneficiários.

Entretanto, reassumiu funções, o Sr. Presidente, Miguel Macedo.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, posso pedir um esclarecimento a esta questão, porque penso que ajudaria os trabalhos da Comissão?

O Sr. **Presidente**: — Só se for rápido, S. Deputado.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — São apenas 30 segundos.

O Sr. Dr. João Trocado da Mata disse que no Programa e.escolinha tinha havido já um grande envolvimento do Ministério da Educação e depois disse que esse envolvimento foi sobretudo na questão do controlo, ao fim e ao cabo, da distribuição e do registo dos mesmos. Ora a pergunta

que lhe tinha colocado é se nesse envolvimento estávamos para além disto, ou seja, se, de alguma forma, participaram na escolha do equipamento e dos requisitos que levaram à escolha daquele equipamento. A minha pergunta era esta.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. João Trocado da Mata.

O Sr. Dr. **João Trocado da Mata**: — Muito claramente, não participei nessas actividades.

Aquilo que competiu ao Ministério da Educação foi a validação e a definição de conteúdos, a construção do sistema de informação, de modo a que as inscrições fossem feitas a partir da escola e não estabelecidas entre duas entidades privadas operadores e famílias — e garantir que os computadores eram entregues na escola para que ela tivesse um envolvimento maior em todo este processo.

Depois, a questão do concurso público que, feitas as contas, dá € 200/unidade mais IVA. Aquilo que lhe posso dizer é que há um abaixamento tendencial dos custos do material informático. Lembro-me sempre que, em 1993, um computador 386 com 40 MB de disco custava €3500 e, no ano seguinte, já não custava esse valor, já custava um bocadinho menos, mas não os valores que temos aqui.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — O computador é o mesmo ou é um upgrade?! Segundo notícias que vimos na comunicação social, o novo computador é um *upgrade* relativamente ao anterior! Ou seja: se, por um lado, há uma baixa de preço, porque o mercado tendencialmente baixa, por outro, como é um *upgrade*, porque o computador não é o mesmo, tendencialmente custará mais.

O Sr. **Presidente**: — Pode continuar, Sr. Dr. João Trocado da Mata.

O Sr. Dr. **João Trocado da Mata**: — Não tenho aqui os requisitos mínimos que estão inscritos no concurso para poder comparar, mas diria que, em termos gerais, há alguns componentes em que a exigência é maior. Não tendo aqui as tabelas que permitiriam fazer essa comparação, não consigo ser exaustivo.

Mas é disso que estou a falar, do abaixamento, porque, muito provavelmente, no ano seguinte, em 1995, já comprava um disco de 80 MB pelo mesmo preço ou por um preço mais baixo. Aliás, pudemos assistir a isto nos últimos anos.

Mas, para que não haja dúvidas sobre esta questão, todos estes concursos públicos são precedidos de um estudo e, portanto, o valor decorre também desse estudo feito para a preparação do concurso, aliás, à semelhança do que aconteceu com todos os outros concursos públicos internacionais de que aqui falámos.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Doutor.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Michael Seufert.

O Sr. Michael Seufert (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, gostaria de dar-lhe as boas-vindas a esta Comissão.

Sabemos que não ocupa as funções de coordenador do Plano Tecnológico da Educação desde o início desta saga da Fundação para as Comunicações Móveis, em todo o caso, penso que as perguntas que lhe quero fazer podem ser respondidas por si, até porque muitas se aplicam à continuação do projecto e do programa do e.escolinha cuja renovação foi já anunciada.

Gostaria de saber, em primeiro lugar, se nos pode dizer quem é que foi ouvido da parte do Ministério, da Secretaria de Estado ou da Coordenação do Plano Tecnológico da Educação, para definir as especificações de ambos os tipos de computador de que estamos a falar, isto é tanto do e.escola, para o 3.º Ciclo e o secundário, como para p.e.escolinha, para o Magalhães. No fundo, gostaria de saber se ouviu especialistas na área do e.learning, na área do e.computing ou na área da educação.

Há bocado disse-nos que existem muitos estudos que comprovam que há uma correlação entre o acesso à tecnologia e o sucesso escolar. Por isso, já que V. Ex.^a continua com este programa no futuro, gostaria de saber se tem estudos que analisem o impacto deste tipo de tecnologias em crianças tão novas como as do 1.º Ciclo.

Faço esta pergunta (e imagino que isto seja um bocado como os pareceres jurídicos, mas, enfim,...) porque os estudos que eu pude consultar e que terei o gosto em facultar, se quiser, nomeadamente os estudos dos EUA e da Alemanha, comprovam que se sente que parece não haver uma grande diferença no sucesso académico entre estudantes que passam por programas computadorizados e os que não passam, havendo mesmo estudos que pretendem concluir que em testes de matemática e de leitura se alcançam melhores resultados em crianças que não têm acesso a computadores em casa. Depois, fazem-se uma série de considerações pedagógicas sobre a concentração, sobre a capacidade de se abstrair, etc.

A verdade é que os EUA, com a Intel, tinha assinado protocolos parecidos com este que hoje temos com o e.escolinha e que abandonou, e que a Intel se virou para países em desenvolvimento, como eles dizem, com o Classmate, tendo mudado de tática e começado a assinar com países como a Irlanda ou Portugal protocolos para a construção e distribuição destes computadores.

Pergunto-lhe se não lhe parece que estamos perante uma situação de transformar os nossos alunos do ensino básico num gigantesco grupo de «ratos de laboratório» desta iniciativa, sem avaliar previamente os efeitos a longo prazo da utilização dos computadores.

Penso que, da maneira que é distribuído e apresentado, da forma como os pais tratam o computador, o computador é visto quase que como propriedade da criança, porque é entregue à criança sem que haja verdadeira discriminação ou controle quanto ao acesso ao computador nas horas livres da criança. Aliás, até já vimos o que será, com certeza, um caso muito pontual de, na comunicação social, as crianças a dizerem: «O Magalhães é o meu melhor amigo».

O Sr. Ex-Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações justificou-se com o facto de terem sido as operadoras que escolheram e de não ter tido qualquer influência na escolha deste computador, mas a verdade é que foi o Estado decidiu que ele deve ser entregue. Portanto, o ónus dessa decisão, o ónus da entrega gratuita e de o ter tornado quase que numa nova peça, indispensável na sala de aulas, surgiu da parte do Governo, daí que lhe pergunte se ele é, de alguma maneira, obrigatório na sala de aulas ou se as escolas o exigem ou podem ou devem exigir como material que os alunos devem ter na sala de aulas, obrigatório ou não?

Já agora, gostaria de saber quanto é que a plataforma do Plano Tecnológico da Educação gasta em promoção do Magalhães, porque, pelo menos, na apresentação do Plano Tecnológico da Educação terá gasto alguma coisa, como sabemos.

Depois, sei também que o Sr. Secretário de Estado está no Ministério da Educação e, por isso, gostaria de saber se, do ponto de vista da utilidade para a educação no geral, considera mais útil a entrega de computadores deste tipo ou computadores fixos no meio universitário do que no meio primário?

Considerando tudo o que eu disse (o Sr. Secretário de Estado concordará ou não), devo dizer que fiz a experiência, porque passei há pouco tempo no universitário, e sei a diferença que é, nesse meio, ter ou não um computador de acesso, já nem digo ter um portátil, mas um computador de acesso particular. Aliás, conheço pessoas que entram nas áreas das ciências e que não têm qualquer computador. Eu tinha a sorte de o ter e sei das diferenças que existem a este nível e, em todo o caso, parece-me que é muito mais útil do que no ensino básico.

Uma última questão para referir um aspecto que na altura foi esclarecido pelo Ministério, mas julgo que não foi suficientemente bem esclarecido e que diz respeito às autarquias e o seu papel no pagamento da *Internet* às pessoas que decidiram subscrever os planos do Magalhães.

Falo desta questão porque sabemos que foi «desviado» ou melhor, sabemos que foram utilizados fundos da acção social escolar para pagar a *Internet* àqueles estudantes que estavam no 1.º e 2.º escalão da acção social, mas ao mesmo tempo depois soubemos que as autarquias tinham começado a ser notificadas (depois divergia a interpretação) ou para participarem obrigatoriamente ou convidadas a participar no pagamento desses custos junto dos estudantes. As notícias são públicas e, aliás, foi feito um esclarecimento na altura pelo Ministério da Educação no último mandato, pelo que gostaria que nos dissesse qual foi exactamente o papel que o Ministério reservou para as autarquias nestes casos.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Luís Gonelha pediu a palavra para que efeito?

O Sr. Luís Gonelha (PS): — Para uma interpelação à mesa, Sr. Presidente.

Peço desculpa, Sr. Presidente. Se calhar, vou sair daqui conotado

como um chato, porque já há pouco interpelei o meu colega Deputado Emídio Guerreiro e agora vou interpelar novamente pelo seguinte. A penúltima questão colocada pelo Sr. Deputado Michael Seufert foi colocada ao Sr. Secretário de Estado da Educação quando não é o Sr. Secretário de Estado da Educação que está perante esta Comissão. Portanto, se estamos aqui numa Comissão de Inquérito à actuação do Governo em relação à Fundação para as Comunicações Móveis, tenho de referir que a questão colocada não tem nada a ver com esta Comissão de Inquérito. Peço desculpa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, todos sabemos que não é o Sr. Secretário de Estado que está aqui mas o ex-responsável do Plano Tecnológico da Educação. Mas há-de compreender que o Presidente não vai censurar as perguntas que os Deputados aqui fazem, sendo que o Sr. Dr. João Trocado da Mata sabe muito bem quais são os termos de constituição desta Comissão de Inquérito, como de resto os Srs. Deputados sabem, que são públicos. Portanto, em relação a essa pergunta em concreto, se o Sr. Dr. João Trocado da Mata entender que não deve responder, diz que não responde.

Não vou evidentemente estar a censurar, sem prejuízo de poder assinalar, como já fiz noutras ocasiões, que não me parece que essa questão esteja directamente relacionada com o conteúdo das funções então exercidas pelo agora Sr. Secretário de Estado no âmbito do Plano Tecnológico da Educação. No entanto, somos uma Casa de liberdade e, dentro das regras, não gostaria de ir muito mais longe do que isto.

Para responder, se quiser, tem a palavra o Sr. Dr. João Trocado da Mata.

O Sr. Dr. João Trocado da Mata: — Sr. Presidente, em relação à

questão dos estudos, devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que precisaria de ver as notas metodológicas desses estudos para verificar se estamos a falar da mesma coisa ou não, ou seja, para verificar se estamos a falar da utilização de computadores em contexto de sala de aula.

O que tenho verificado é que são lançadas referências a estudos e quando tenho oportunidade de verificar as notas metodológicas percebo que o âmbito de aplicação é diferente.

De qualquer modo, o que posso dizer é que, no quadro do Observatório do Plano Tecnológico da Educação, estão a decorrer estudos longitudinais, querendo isto dizer que os alunos estão a ser acompanhados desde o ano passado e vão ser acompanhados durante os quatro anos de escolaridade, justamente para obtermos melhor conhecimento sobre a utilização das tecnologias e sobre o impacto dessas tecnologias.

Estamos obviamente preocupados e não achamos que sabemos tudo sobre esta matéria. Tivemos já a preocupação de lançar estudos que permitam obviamente melhorar a introdução das TIC nos processos de ensino e de aprendizagem.

Mas voltando ao meu discurso inicial sobre o Plano Tecnológico da Educação, sobre as TIC, sobre a importância das mesmas e, portanto, não concordo com as afirmações que o Sr. Deputado fez. Penso que não há evidência empírica que permita afirmar o carácter nocivo da utilização de computador em tenra idade. O que lhe posso afirmar é que estes alunos não vão chegar ao ensino superior sem utilizar um computador.

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. João Trocado da Mata, tem mais algumas questões para responder, nomeadamente, de acordo com o que tenho aqui apontado, se o Magalhães era ou não obrigatório, quanto foi gasto na promoção do Magalhães no âmbito do Plano Tecnológico da Educação e a questão das autarquias e do pagamento da *Internet*. Não sei se

quer responder a essas questões.

O Sr. Dr. João Trocado da Mata: — Sr. Presidente, em relação a quanto custou a promoção do Magalhães, confesso que não consigo de todo responder. Não faço ideia. Precisava também de perceber o que entende por promoção do Magalhães. Se pudesse detalhar.

O Sr. Michael Seufert (CDS-PP): — Lembro-me, nomeadamente, Sr. Secretário de Estado, da sessão de lançamento do Plano Tecnológico da Educação, em que o Governo contratou os figurantes para fazerem o «teatrinho», com a entrega do computador e a cara de contente. Só isso parece-me uma sessão de promoção do computador, e isso associado à questão sobre se o computador é ou não obrigatório é uma questão de importância.

O Sr. Presidente: — Está esclarecida a questão.

Tem a palavra o Sr. Dr. João Trocado da Mata.

O Sr. Dr. João Trocado da Mata: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, os figurantes são alunos e não vejo qual é a relação do que fala com o Magalhães.

Como sabe, quando foi apresentado, o Plano Tecnológico da Educação não tinha no seu corpo o projecto Magalhães.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Sr. Presidente, devo dizer que, para quem ouviu esta última resposta, a exiguidade dos esclarecimentos

prestados demonstra que a colaboração com esta Comissão de Inquérito é nula ou perto disso. Penso que estamos todos aqui para um bem comum, que é o esclarecimento da verdade. Era essencial que assim acontecesse.

Por exemplo, a última resposta que deu, quando diz que o Plano Tecnológico da Educação não envolve o Magalhães, bem, o Plano Tecnológico da Educação serviu de intermediário para a assinatura de um protocolo entre o Governo e a Microsoft, onde a Microsoft, no âmbito do Ministério da Educação (e passo a ler, porque penso que é mais fidedigno) tinha três grandes pontos que se comprometia a fazer, e um deles era a iniciativa *Magalhães*, e.escolinha.

Neste âmbito, o que lhe quero perguntar é quais são, exactamente, os pormenores da sua participação na criação desta parte do Protocolo entre a Microsoft e o Governo, envolvendo o e.escolinha ou o *Magalhães*, conforme quisermos definir o programa ou o computador.

Já agora, pergunto-lhe também, porque é importante para o esclarecimento disso, e porque nos pareceu, sempre que vimos as notícias, que era o Plano Tecnológico e o Plano Tecnológico da Educação (PTE) que estavam envolvidos no assunto, se esteve presente no dia 30 de Julho de 2008, na cerimónia de apresentação do *Magalhães*, onde estiveram também o Primeiro-Ministro José Sócrates e um dos dirigentes da Intel, na qual o *Magalhães* foi apresentado ao mundo como uma das grandes novas maravilhas que existiam na área da educação e foram logo prometidos, nesse dia 30 de Julho, cerca de 500 000 computadores para serem distribuídos pelas escolas em Portugal. Isto, porque me parece que existe aqui uma relação directa entre o Plano Tecnológico da Educação e todo o papel que teve nesse processo e, depois, há aqui uma acção concreta, pública, em que o Governo esteve envolvido, e também lá estiveram a J.P. Sá Couto e a Intel.

Voltando à questão da Microsoft, gostava de saber em que medida é que o Governo promoveu este Protocolo, porque no protocolo que é assinado, no âmbito do Plano Tecnológico, e na parte para a educação, essa era uma das obrigações a que o Governo se comprometia, e os custos inerentes a essa promoção. No fundo, quero saber quanto dinheiro é que o Governo se comprometeu a gastar e quanto gastou na promoção deste acordo com a Microsoft, no âmbito do Plano Tecnológico e, especificamente, se possível, no âmbito do Plano Tecnológico da Educação, que é uma das partes importantes que foi gizada em Outubro de 2008.

Neste primeira fase, Sr. Presidente, eram estas as perguntas que pretendia fazer.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. João Trocado da Mata.

O Sr. Dr. João Trocado da Mata: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, quando respondi à pergunta do Sr. Deputado Michael Seufert, aquilo que disse foi que não há uma relação entre a cerimónia que referiu e a promoção do *Magalhães* ou do e.escolinha, aliás, não existia, sequer, o e.escolinha. E não vejo nisso nem retiro dessa resposta nenhuma má vontade em colaborar com esta Comissão, tratei apenas de enunciar factos que não eram conexos.

Respondendo às suas questões, devo dizer que estive, no dia 30 de Julho, na cerimónia de apresentação do *Magalhães* e lembro-me do número que foi avançado, dos cerca de 500 000 computadores para os alunos. Era este o número estimado de alunos que estavam inscritos no 1.º ciclo do ensino básico, abrangendo o ensino público e o privado. Portanto, face ao

reconhecimento desses números, verificámos, depois, que não eram 500 000, eram 470 000 alunos, mas aquele número partia de uma estimativa.

Quanto ao Protocolo com a Microsoft, assinado pelo Plano Tecnológico, envolvendo os vários ministérios, julgo que não decorreu desse Protocolo nenhuma despesa para o Ministério da Educação. No quadro do programa e.escolinha, o Ministério da Educação não negociou *software* com nenhuma empresa ou operadora. Aquilo que o Ministério da Educação fez, no quadro do programa e.escolinha, e já tive oportunidade de o dizer a esta Comissão, foi a definição e validação de conteúdos para o computador *Magalhães*, não assumindo qualquer encargo resultante dessa participação.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Doutor.

Srs. Deputados, vamos entrar na segunda ronda de perguntas e, uma vez que há vários Srs. Deputados inscritos, mantemos a ordem inicial. Entretanto, lembro que o tempo de que dispõem agora é menor.

Assim sendo, tem a palavra, em primeiro lugar, o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Dr. João Trocado da Mata, o senhor diz que o acordo assinado, no âmbito do Plano Tecnológico, com a Microsoft não implicou despesas para o Ministério. Em todo o caso, quer no primeiro, quer no segundo Memorando de Entendimento entre o Governo e a Microsoft há um conjunto vasto de compromissos, digamos assim, que abrem caminho para diversos projectos e iniciativas. Por isso, quero perguntar-lhe se, mesmo no início da Legislatura, houve alguma relação entre os acordos e entendimentos com a Microsoft e a aquisição de soluções informáticas, de tecnologias, nomeadamente, a aquisição, que chegou a ser feita, de um programa chamado Microsoft Class Server, o

qual, segundo julgo saber, pelo impacto financeiro insustentável que significaria para o Estado, acabou por ser substituído, e muito bem, pelo Moodle, que é o sistema que existe hoje na generalidade do sistema educativo e das escolas, em Portugal, no apoio à gestão do processo de ensino/aprendizagem.

Gostava, por isso, de saber qual o enquadramento e o papel do Ministério da Educação nesta matéria, antes ou durante a vigência do PTE, e que influência tiveram os acordos e entendimentos do Ministério da Educação com a Microsoft, no quadro dos memorandos assinados pelo Governo, sobre as opções do Ministério da Educação em relação ao *software* a adquirir. É que já chegámos, consensualmente, digamos assim, à ideia de que o *software* livre tem sido considerado nas opções do Ministério da Educação, apesar de, na parte do e.escola, isso não ter acontecido no início, aliás, em todo o programa e.escola, nos portáteis com ligação de banda larga, mas a verdade é que, quer no e.escola, quer no e.escolinha, onde o Ministério da Educação teve uma intervenção mais directa, quer inclusivamente no concurso anunciado relativamente aos novos *Magalhães* — no último concurso, em Dezembro —, existe uma situação, esta, sim, directamente decorrente das opções do Ministério da Educação, em que as especificações exigidas impõem a utilização de algum *software* Microsoft. E não estou a falar do sistema operativo — não estou! —, estou a falar da exigência de disponibilização de ferramentas de produtividade que utilizem e permitam escrever em OXML. Ora, esta linguagem, como sabe, só é permitida pelo Microsoft Office. Por isso, em face das iniciativas anteriores, nomeadamente a do *Magalhães/e.escolinha*, e agora mesmo, em face do concurso público anunciado pelo Ministério da Educação, a pergunta que faço vai no sentido de saber se, sim ou não, existia, ou existe, uma alternativa. Nós sabemos que existe, do ponto de vista de aplicações de produtividade, mas, quando se afunilam as

possibilidades, em termos de opções, ao ponto de impor uma especificação que torna inevitável a inclusão de um programa processador de texto, etc., em que o Office da Microsoft aparece como única alternativa, isto coloca outro tipo de preocupações, pelo que gostava que esclarecesse esta matéria.

O Dr. João da Mata falou também sobre o investimento que foi sendo feito, ao longo dos anos, na ligação das escolas em banda larga e também na criação de redes *wireless* nas escolas, este último como um investimento mais recente.

Efectivamente, ao longo dos últimos cinco anos, tenho memória de ver o Sr. Primeiro-Ministro, umas três ou quatro vezes, em escolas diferentes e em ocasiões diferentes, de um ano para o outro, a dizer «Está aqui a última escola que faltava ligar. Já temos a banda larga em todas as escolas». Isto, volta e meia, ia acontecendo!... É claro que o Sr. Doutor, há pouco, disse uma coisa que também é importante: estamos a falar de patamares diferentes, em termos de velocidade de ligação. Mas o que é certo é que, enquanto se «inaugurava», pela segunda ou terceira vez, a finalização da rede de banda larga nas escolas, continuava a haver escolas que não tinham, sequer, o anterior patamar de velocidade de ligação. Ora, onde quero chegar com isto é ao seguinte: visto que a banda larga é uma opção que não é de agora — não é deste ano nem do anterior, vinha sendo anunciada há vários anos —, parece haver aqui uma contradição, do ponto de vista da visão estratégica, quando o e.escola, apesar dessa opção de ligar as escolas em banda larga, de disponibilizar essa ligação aos professores e aos alunos, obriga a que quem queira candidatar-se e aceder a esses computadores portáteis tenha de possuir uma ligação de banda larga móvel, recorrendo, naturalmente, à contratação dos serviços prestados pelo operador, que as lança, salvo erro, por um período mínimo de dois ou três anos.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Três anos!

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Portanto, qual é a coerência e a consistência de uma visão estratégica para a promoção do uso da *Internet* e dos computadores, falando só neste patamar, quando as pessoas são obrigadas a agir naquele sentido?! E houve muitas que, como todos sabem, não aderiram ao e.escola, porque não interessava, já que tinham *Internet* em casa e, na escola, até havia banda larga, etc.

O Sr. Michael Seufert (CDS-PP): — Claro!

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Portanto, houve muita gente que não aderiu a isto, dado que não compensava, saia muito caro, até porque o tráfego máximo permitido ou previsto no contrato, pelas operadoras de *Internet* de banda larga móvel, era muito pouco vantajoso.

Há, pois, aqui, uma contradição que, do ponto de vista das estratégias do Ministério da Educação e do Estado português nesta matéria, importa clarificar.

O Sr. Presidente: — Atenção ao tempo, Sr. Deputado.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Vou terminar, Sr. Presidente, pedindo ao Sr. Dr. João da Mata que nos clarifique uma outra questão, apesar de esta se situar numa vertente anterior à sua função como responsável do PTE.

Sabemos, e está na documentação a que a Comissão tem acesso, da participação que teve no Grupo de Trabalho UMTS, em 2001. Portanto, esta não é uma experiência nova, o Sr. Doutor não chegou em 2007 e não disse «vamos lá conhecer isto do princípio», há, naturalmente, um acervo,

uma bagagem de experiência e de conhecimento que traz para as suas funções no Plano Tecnológico da Educação.

Gostava que pudesse dar-nos nota, tão sucintamente quanto possível, da participação que teve nesse Grupo de Trabalho UMTS, em 2001. Houve algumas reuniões em que participou? A que título é que teve essa participação e com que intervenção? E, mais importante ainda, por essa via, a participação que teve na Comissão Interministerial para a Sociedade da Informação (CISI), que pressupunha uma articulação e uma ligação entre ministérios, do ponto de vista estratégico, etc., a qual, pura e simplesmente, não aconteceu no e.escola. Esta é uma questão incontornável em todos os trabalhos desta Comissão de Inquérito.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. João Trocado da Mata.

O Sr. Dr. João Trocado da Mata: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Bruno Dias, o senhor pede-me para falar em qualidade diversa.

Bom! Posso começar pelo Grupo de Trabalho UMTS. De facto, participei em duas ou três reuniões do Grupo de Trabalho — não consigo precisar —, na qualidade de observador, ou seja, acompanhava a pessoa que estava nomeada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia para integrar esse Grupo de Trabalho. Portanto, participei como observador.

Quanto à Comissão Interministerial para a Sociedade da Informação, que, segundo ouvi numa das audições, era presidida pela Prof.^a Maria de Lurdes Rodrigues, tanto quanto me lembro do enquadramento institucional da sociedade da informação, definido em 2000, e da definição desta CISI — depois, com a mudança de Governo, em 2002, passou a haver uma nova Comissão, a CIC —, a CISI era presidida pelo Ministro Mariano Gago, enquanto Ministro da Ciência e Tecnologia e em virtude de ser o Ministro

que tinha a tutela do desenvolvimento da sociedade da informação, em Portugal. Na altura, eu trabalhava no Observatório das Ciências e das Tecnologias, a quem, no quadro do desenho da comissão interministerial, foi atribuída a função de secretariado executivo da comissão e eu participava nessa qualidade enquanto membro da equipa do Observatório que preparava as reuniões e fazia relatórios de execução das medidas para o desenvolvimento da sociedade de informação, das medidas desenhadas e desenvolvidas pelos vários ministérios. Também participei numa reunião da comissão seguinte, na altura em que estava na unidade de missão, inovação e conhecimento, em 2003.

Quanto à questão que coloca relativa ao concurso público internacional para aquisição dos computadores ultraleves, devo dizer que cessei as minhas funções como coordenador do Plano Tecnológico a 31 de Outubro, mas não é por isso que deixarei de responder a esta questão, mostrando que não há qualquer má vontade da minha parte em responder às questões que vão sendo colocadas.

No que respeita às especificações técnicas que integram o caderno de encargos deste concurso público, nomeadamente no que respeita aos sistemas operativos, e penso que também às ferramentas de produtividade, não tenho essa questão que enunciou referenciada porque, como sabe, quando se fala em sistema operativo proprietário, o caderno de encargos deixa margem para que o computador proposto possa nem sequer ter, como sistema operativo, o *Windows* da Microsoft. Portanto, não tenho esta questão identificada e parece-me estranho que tenha havido a preocupação de reproduzir aquilo que tinha sido o caderno de encargos do concurso público para a aquisição de 111 000 computadores. Verei com todo o cuidado, mas parece-me estranho que isso possa acontecer.

Quanto à ligação em banda larga, ao *wireless*, temos que distinguir dois planos: o plano das redes de área local do plano da ligação à *Internet*.

Uma coisa é a ligação até à escola, até ao bastidor da escola. Aí falamos da ligação à *Internet* e da forma como essa escola está ligada à *Internet*.

A questão da rede de área local é como é que essa ligação é depois distribuída, permitindo acesso em todos os pontos do espaço de ensino.

Falou de 1997, de 2003 e deste concurso para a banda larga. Em 1997, o que tivemos foi, tanto quanto me posso recordar, uma ligação em RDIS das escolas do 1.º ao 12.º ano, com 128 Kbit. Como é que se concretizava essa ligação? Era uma ligação feita na biblioteca, havia um computador na biblioteca — acho que era mais ou menos isso que acontecia. Eu também fazia o acompanhamento dessa medida e, portanto, posso falar sobre ela. Havia um ponto de ligação à *Internet* e esse ponto quase sempre coincidia com o computador com ligação à *Internet* que havia na biblioteca da escola.

Portanto, havia um posto em cada escola que permitia o acesso à *Internet*.

Em 2003, foi lançado um concurso público. Não sei qual foi a entidade que o lançou — como disse, na altura estava a trabalhar na UMIC, que sei ter tido um papel preponderante na definição dos requisitos desse concurso público —, mas foi ganho pela Portugal Telecom e ligou as escolas à *Internet*, já não em RDIS, mas em ADSL, e o máximo mantendo o modelo anterior, fazendo o *upgrade* daquilo que era a tecnologia e a velocidade de ligação à *Internet*.

As escolas com melhor velocidade de ligação à *Internet* ficaram, na altura, com 2 Mbit, muito longe das velocidades de ligação de que estamos a falar no Plano Tecnológico da Educação, que resulta também de um concurso público internacional que permitiu ligar todas as escolas do 5.º ao 12.º ano com, pelo menos, 64 Mbit, o que implica multiplicar por pelo menos 30, se compararmos com as escolas que tinham uma melhor velocidade de ligação à *Internet*, acrescentando a essa melhoria a mudança

também ela tecnológica: deixámos o ADSL, o fio de cobre e passámos para fibra óptica. Portanto, as diferenças são estas.

Em 2003, tratou-se de um concurso público para a banda larga. Lembro-me de que, na altura, a definição de banda larga ou andava nos 128 Kbit ou nos 256 Kbit, segundo a definição proposta, julgo, pela União Internacional das Telecomunicações (UIT), que tem sede em Genève, na Suíça. Acho que era essa a definição de banda larga.

Aquilo de que estamos a falar neste momento é de uma ligação à *Internet* em fibra óptica, com uma velocidade de ligação pelo menos 30 vezes superior em relação à velocidade de ligação existente.

Devemos ainda ter em consideração o seguinte...

O Sr. Bruno Dias (PCP): - Posso interrompê-lo?

O Sr. Dr. João Trocado da Mata: - Faça favor.

O Sr. Bruno Dias (PCP): - O que pergunto é se essas ligações muito mais poderosas não tornam um pouco relativizado ou redundante...

O Sr. Dr. João Trocado da Mata: - Já lá ia, porque ia falar das redes de área local.

Quando fizemos o estudo de diagnóstico que esteve na base do Plano Tecnológico da Educação — esse estudo é público, pode ser consultado; julgo que estará na página do Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação —, aquilo que o diagnóstico nos diria era que as redes de área local nas escolas eram mal estruturadas. As escolas não tinham redes de área local estruturadas.

Ora, não tendo as escolas redes de área local estruturadas, era difícil o acesso à *Internet* nos vários pontos de acesso. E uma parte das escolas não tinha redes de área local.

Se eu chegar a uma escola e tiver um único ponto de acesso à *Internet*, dificilmente, com o meu computador preparado com a placa *wireless*, conseguirei obter ligação à *Internet*, porque a estrutura não está construída para eu me poder adicionar à rede. Portanto, é essa a dificuldade e é também essa a importância da rede de área local. Neste quadro, faz sentido um programa que permita aos alunos terem acesso à *Internet*.

O Sr. Bruno Dias (PCP): - *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Dr. João Trocado da Mata: - Só a partir da introdução das redes de área local é que as escolas estão preparadas para que eu leve um computador e possa entrar na rede e beneficiar desse acesso à *Internet*.

O que eu disse foi que a existência de um programa desenvolvido pelos operadores, destinado aos alunos, para que pudessem aceder a computadores em condições vantajosas, permitiria a esses alunos terem acesso à *Internet* não estando as escolas ainda preparadas com as tais redes de área local.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. João Paulo Correia (PS): - Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Dr. João Mata, gostaria de começar por fazer aqui um ponto de situação relativamente às últimas reuniões da Comissão de Inquérito e a esta que está a decorrer.

Julgo que as últimas reuniões têm demonstrado uma certa desmobilização política por parte dos partidos da oposição com assento nesta Comissão de Inquérito em torno do próprio objecto da Comissão. Aliás, concretamente, o grosso das últimas intervenções tem escapado ao objecto desta Comissão. Daí, até, as constantes interpelações que têm sido feitas por nós, alertando para que muitas intervenções já andam numa trajectória muito lateral em relação ao objecto desta Comissão de Inquérito.

Julgo que esse vazio, que a oposição, neste momento, já percebeu que existe nesta Comissão de Inquérito — o tal *flop* —, tem levado a oposição a recorrer ao máximo da sua criatividade para desvalorizar politicamente o programa e.escola. O grosso das intervenções tem ido nesse sentido, de entre as quais a intervenção do CDS, que avançou aqui com um sentimento de desconfiança quanto ao mérito do programa e.escolinha. Mas o importante é que reconhecem o sentimento de desconfiança quanto ao mérito desse programa.

Quanto a isso, temos uma clara divergência.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): - Ainda bem!

O Sr. João Paulo Correia (PS): - Até poderia dizer que é uma divergência quase ideológica. E como essa divergência quase ideológica não se trata numa comissão de inquérito, era preferível que ela não fosse aqui manifestada. Mas compreendo que tem de se recorrer a esse tipo de intervenções porque não há questões concretas relacionadas com o objecto desta Comissão de Inquérito.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): Agora!

O Sr. João Paulo Correia (PS): - Dr. João Mata, o programa e.escola, como aqui teve oportunidade de explicar, e bem, foi pensado, criado e desenvolvido para incentivar a sociedade de informação, permitindo dotar, do ponto de visto tecnológico, as nossas escolas, intervindo também no domínio de ferramentas tecnológicas para os nossos alunos, desde o 1.º ano de escolaridade até ao 12 º ano, como também um conjunto complementar de agentes que actuam no ambiente escolar, como os professores, e também alargando-o às Novas Oportunidades, etc.

O programa e.escola trouxe, obviamente, a promoção da igualdade de oportunidades no acesso a uma ferramenta que, como disse o Sr. Deputado Emídio Guerreiro, do PSD, vem acrescentar competências tecnológicas às novas gerações, para que, no futuro, tenham uma capacidade competitiva concorrencial no mercado de trabalho com os países com quem Portugal se relaciona directamente no mercado económico.

Mas esse programa também conseguiu, como disse, e bem, o Dr. João Mata, tendo salientado bastante esse aspecto, melhorar o desempenho escolar, não só porque motiva o próprio aluno para a sua actividade escolar, como também acaba por unir em torno da actividade escolar não só o aluno como também todos os seus agentes envolventes.

A pergunta que vou colocar-lhe, faço-a também em jeito de apelo.

Face a um conjunto de opiniões que foram manifestadas nas últimas reuniões desta Comissão de Inquérito, que têm como objectivo único desvalorizar o mérito do programa e.escolinhas, e aproveitando as funções que exerceu de coordenador do Plano Tecnológico da Educação, o conhecimento e a experiência que adquiriu, pedia-lhe expusesse a sua opinião quanto à importância decisiva que esta aposta, que neste momento está a merecer continuidade através do concurso que foi lançado recentemente, tem para o futuro das gerações que estão e vão continuar a

ingressar na escola portuguesa, tendo em conta todas as mais-valias, desde as tecnológicas até às sociais em relação ao futuro do nosso país.

O Sr. Presidente: - Queria sublinhar a minha escrupulosa imparcialidade. E esta questão foi proposta para objecto da Comissão de Inquérito, foi recusada, como integrando o objecto da Comissão de Inquérito e, nem assim, interrompi o Sr. Deputado do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Dr. João Mota.

O Sr. Emídio Guerreiro (PSD): — Sr. Presidente, quero fazer uma interpelação à mesa, por favor.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Emídio Guerreiro, não vamos fazer um incidente! Temos evitado, nesta Comissão, esse tipo de questões, que temos resolvido com tempo e eficácia e isso fora da Comissão.

O Sr. Emídio Guerreiro (PSD): — Eu já teria terminado, se o Sr. Presidente me pudesse deixar dizer: é apenas para registar que estivemos a ouvir, durante cinco minutos, uma intervenção do Partido Socialista que nada tem a ver com o objecto desta Comissão de Inquérito.

O Sr. Presidente: — Muito bem, Sr. Deputado Emídio Guerreiro.

Tem a palavra o Sr. Dr. João Mata.

Protestos dos Deputados do PS Luís Gonelha e João Paulo Correia.

Srs. Deputados, se fizerem o favor, vamos ouvir a resposta do Dr. João Mata!

Tem a palavra o Sr. Dr. João Mata.

O Sr. Dr. João Trocado da Mata: — O Programa e.escolinha permitiu que todos os alunos do 1.º ciclo do ensino básico tivessem acesso a computador. E, dando a esses alunos a possibilidade de ter acesso a computador e de poderem levar esse computador para casa, pela primeira vez, em muitas famílias, registou-se a presença de um computador.

Aquilo que temos vindo a dizer sobre a importância dos computadores e das tecnologias da informação e da comunicação é muito claro; e essa importância concretiza-se no princípio de garantir igualdade de oportunidades a todos os alunos. É importante que isto seja assumido, porque aquilo que permitiu o Plano Tecnológico da Educação, aquilo que permitiu a iniciativa e.escola, aquilo que permitiu a iniciativa e.escolinha, foi que, independentemente da condição socioeconómica do agregado familiar, essa condição não se constituísse como obstáculo no acesso a computadores.

Quer à esquerda, quer à direita, eu ouço um discurso consensual sobre a importância das tecnologias da informação e da comunicação e, por isso, muitas vezes, tenho dificuldade em perceber a oposição, que é feita à generalização do computador e à garantia de que todas as famílias, independentemente da sua condição socioeconómica, independente de estarem no interior ou no litoral, em zonas rurais ou urbanas, possam ter acesso a computador, pois, como disse, há um discurso muito consensual sobre a importância do computador para estudar, para trabalhar e para viver, no século em que vivemos.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Dr. João da Mata.

Como o Sr. Deputado Emídio Guerreiro não quer fazer a segunda intervenção, tem então a palavra o Sr. Deputado Michael Seufert.

O Sr. Michael Seufert (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes de mais, gostaria de dizer que a questão que é do âmbito da discussão desta Comissão é, justamente, sobre os meios que foram utilizados para chegar aos fins que o Sr. Secretário de Estado aqui veio relatar. E tem sido, também, constante da parte dos responsáveis pela série de programas e pela série de organismos que foram criados para esta matéria, um discurso de que os fins justificam os meios: «Ah, os senhores estão aí a pôr em causa a entrega e o financiamento. Bom, mas pusemos um computador em 1200 milhões de lares...

O Sr. Presidente: — Isso era na China, Sr. Deputado...

O Sr. Michael Seufert (CDS-PP): — Perdão! Já estou aqui de tal maneira infectado pela propaganda...

Risos.

Mas, diziam os senhores: «e pusemos no lar e em cada escola», e «um computador para dois alunos...» Mas a questão é exactamente essa! E quando pergunto aqui se há estudos ou se foram, sequer, pensados *a priori* estudos sobre a influência dos computadores nas crianças de seis a 10 anos, é porque isso é muito importante para percebermos se aquela era ou não uma boa forma de ir buscar o dinheiro das contrapartidas às operadoras.

Considero que essa é uma pergunta legítima porque, como aqui referi, esse dinheiro podia ter sido utilizado para entregar, por exemplo, aos estudantes do ensino superior.

Eu não me insurji aqui contra o Programa e escola porque não encontrei, não conheci nem conheço estudos que digam que, dos 14 aos 18 anos, tenhamos esse tipo de problemas.

Portanto, quando há bocado aqui referiu que não chega ninguém ao ensino superior sem um computador, se optar pelo e.escola, de facto, não chega! E esse programa existe!...

A verdade é que, no entanto, o grande problema desta Comissão de Inquérito é que, para as escolas e para os alunos do secundário, havia uma panóplia de computadores à escolha, havia *dual boot*, havia uma série de factores.

Para o e.escolinha, havia um memorando assinado com a Intel, da parte do Governo, que dizia à Intel: «Os senhores, agora, vão procurar aqui uma plataforma para produzir um computador em Portugal». No mesmo dia, anunciava-se o Magalhães e tinham descoberto a JP Sá Couto!

Esse é que é o grande problema desta Comissão de Inquérito!

E, portanto, se o Governo escolheu, enfim... Entregaram o computador às crianças do 1.º ciclo, eu acho que é direito desta Comissão inquirir se o fez ponderadamente. E volto a fazê-lo, volto a deixar aqui uma questão, Sr. Secretário de Estado, acerca da obrigatoriedade ou não da utilização do Magalhães em ambiente de sala de aulas, porque acho que essa questão continua a não ser resolvida.

E, de facto, pergunto: que especialistas ou que pessoas da área da educação ou do *e-learning* consultou o Plano Tecnológico ou o Ministério da Educação para especificações que entregou às operadoras, para que encontrassem, por geração espontânea, aquele computador que, depois, todas escolheram, que foi Magalhães?

Já há bocado fez... Não sei!...

Se não consultou ninguém, pior ou melhor, enfim!... Mas esta é só uma pergunta que me parece também perfeitamente legítima.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Dr. João da Mata.

O Sr. Dr. João Trocado da Mata: — Sr. Deputado, acho que há aqui um *a priori* seu, que enviesa, decisivamente, as questões.

Falou de forma generalista sobre as pessoas que cá vêm a esta Comissão, que para essas pessoas os fins justificam os meios, e eu pergunto: que meios e que fins?

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Muito bem! Que meios!

O Sr. Dr. João Trocado da Mata: — E, portanto, não percebo o que é que quer dizer com isto.

Quando concretiza e fala de estudos: já tive oportunidade de dizer a esta Comissão que o Plano Tecnológico da Educação nasce de um estudo de diagnóstico e que foi feito *benchmarking* internacional. E, portanto, os projectos que são incluídos no Plano resultam desse estudos; e esses estudos estão disponíveis na *Internet*, seguramente, há mais de um ano!

Quanto ao e.escolinha, não é verdade que não tenha *Dual Boot*. Na iniciativa e.escolinha, o computador tinha o sistema *Dual Boot*...

O Sr. Michael Seufert (CDS-PP): — Troquei!

O Sr. Dr. João Trocado da Mata: — Disse que no e.escolinha não tinha, não sei se trocou... E, portanto, tem *Dual Boot*.

O Ministério da Educação não definiu a utilização do Magalhães como obrigatória; aquilo que fez, através das Equipas PTE, foi pedir que desenhassem planos para a integração do Magalhães na sala de aula.

E deu essas orientações às Equipas PTE, que estão sediadas nas sedes de agrupamento e nas escolas não agrupadas, para que pudessem trabalhar com as escolas do 1.º ciclo.

Aquilo que constato e já foi, até, objecto de publicação, é um conjunto alargado de experiências muito significativas na utilização, por parte da escola, do computador da iniciativa e.escolinha.

Penso que eram estas as questões que eu tinha para responder.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Dr. João da Mata.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): — Sr. Presidente, Sr. Dr. João da Mata, há duas perguntas ou dois temas de perguntas que, depois, se desdobrarão.

Ficámos a saber, há pouco, que o Sr. Dr. João da Mata esteve na cerimónia do dia 30 de Julho de 2008, de apresentação do Magalhães e de apresentação também do memorando da Intel com o governo português e a JP Sá Couto, como produtora. Eu gostava de saber quem é que organizou aquela sessão de apresentação: foi o Plano Tecnológico? Foi o Plano Tecnológico da Educação? Foi a Intel? Foi a JP Sá Couto? Foi o governo? Quem é que organizou, quem é que financiou? Quem é que pagou aquela iniciativa?

Porque parece-me pertinente, já agora, ficarmos a saber que, no exacto, mesmo dia, em que foi anunciado o Magalhães ao mundo, com perspectivas de venda de 500 000 computadores, o Ministro das Obras Públicas assina um protocolo com os operadores de telecomunicações, onde diz que faz o acordo de princípios para um projecto adicional ao programa e.escola, que é o designado e.escolinha.

Por isso, ficámos a saber que, no mesmo dia em que é lançado o Magalhães, com perspectivas de vendas, em Portugal, de 500 000 computadores – que era o universo existente de alunos, entre o 1.º e o 4.º ano do 1.º ciclo –, é o mesmo dia em que é adicionado um novo programa

ao, já ambicioso, Programa e.escola, que é o Programa e.escolinha, onde é assinado um acordo de princípios entre o governo e as operadoras de telecomunicações.

E aqui começa um fio do novelo que nós estamos a tentar desvelar e que, ao contrário do PS, o Bloco de Esquerda acha que ainda há muito para esclarecer! Parece-nos é que a cada audição se adensa toda esta trama que foi urdida e que nós não vemos, efectivamente, um fundo de verdade a vir ao de cima.

Porque a pergunta que é relevante, aqui, é para percebermos como é que é anunciado um computador com perspectivas de vendas, definidas para um universo de alunos, no mesmo dia em que um programa é assinado com as operadoras, que deveriam, depois, partir à procura de um computador que se adequasse ao programa.

E aqui voltamos ao que temos dito: é que nos parece que há um programa, feito à medida do Magalhães, produzido pela JP Sá Couto, para ser, depois, distribuído no âmbito do Programa e.escolinha.

Por isso, ainda bem que esteve presente, fico contente por saber que esteve nessa iniciativa, e quero saber quem é que organizou, quem é que pagou essa iniciativa, pois considero fundamental que isto seja esclarecido.

E um segundo espaço de perguntas, que é no âmbito do Plano Tecnológico da Educação, foi deixado, ou no âmbito do Plano Tecnológico cada ministério tinha uma equipa própria que desenvolvia iniciativas no âmbito do Plano Tecnológico. Foi isso que nos foi dito pelo director do Plano Tecnológico, o Eng.º Carlos Zorrinho; ele disse-nos isso e, ao sabermos isso, eu gostava de perguntar-lhe, na área específica do Plano Tecnológico da Educação, quais eram as perspectivas de custos que o Programa e.escolinha tinha quando foi lançado.

Porque como o Plano Tecnológico esteve no lançamento e na base da ideia do Programa e.escolinha; deverá ter tido, penso eu, a equipa da

educação, uma ideia dos custos associados e uma forma desses custos serem pagos.

Pegando, até, na pergunta que foi feita anteriormente, é curioso vermos como do Plano Tecnológico da Educação se criou a e.escolinha; na criação o e.escolinha, se assina um protocolo com os operadores, onde se diz que o financiamento do programa e a validação das contrapartidas está dependente das activações dos computadores; e, depois, face às exiguidades de activações e face ao não pagamento desses valores, por parte dos seus clientes, se pede às câmaras municipais - existe a intenção, que foi publicamente disseminada, de pedir às câmaras municipais - que pagassem o acesso à *Internet*.

Por isso, aqui percebemos que houve uma falha, para não falar apenas da adjudicação do Magalhães, houve uma falha na avaliação do projecto e na forma como ele seria executado.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, Sr. Dr. João da Mata.

O Sr. Dr. João Trocado da Mata: — Começando pela iniciativa de apresentação do Magalhães, aquilo que lhe posso responder é que não foi o Plano Tecnológico da Educação que organizou o evento, mas não consigo precisar-lhe nem dizer qual foi a entidade que o fez. Não disponho dessa informação.

Não sei se foi o Plano Tecnológico, mas não vou avançar com informação sobre a qual não tenho...

O Sr. Emídio Guerreiro (PSD): - Não se recorda de quem o convidou para o evento?

O Sr. Dr. João Trocado da Mata: - Não, não me recordo. Mas penso que é fácil a esta Comissão apurar essa informação. O que posso afirmar é que não foi o Plano Tecnológico da Educação que o organizou essa iniciativa.

Quanto à segunda questão, já expliquei aqui longamente qual foi a participação do Ministério da Educação na iniciativa e.escolinha. A iniciativa e.escolinha tem como executante o Ministério das Obras Públicas, cabendo a articulação ao Ministério da Educação. E já aqui foi definida a participação do Ministério da Educação na iniciativa e.escolinha. Isto para dizer-lhe que não tenho a informação respeitante aos custos e à estimativa inicial, mas julgo que essa informação poderá ser disponibilizada pelo Ministério das Obras Públicas.

No que respeita à participação das câmaras municipais, a informação de que disponho é que havia um conjunto de autarcas que estava interessado no quadro desta iniciativa de disponibilizar a *Internet* a todos os alunos do município, mas isso nunca chegou a concretizar-se.

Houve, de facto, umas notícias sobre o assunto, mas nunca houve nada em concreto.

O Sr. Presidente: - Sr. Dr. João da Mata, neste particular, deixe-me dizer o seguinte: havia autarquias (poucas autarquias) que já tinham *Internet* nalgumas escolas, e até já há concelhos que estão totalmente cobertos - é o caso de São João da Madeira, por exemplo, que é o primeiro concelho da Europa com cobertura total...

O Sr. Luís Gonelha (PS): - Não é difícil!

O Sr. Presidente: - Eu sei que não é difícil, mas seja como for, é um concelho, que só tem uma freguesia...

Risos.

Conheço bem o País! Mas, dizia, é o primeiro concelho da Europa que tem cobertura total da *Internet*.

A questão que estava a ser colocada - e só estou a fazer esta nota porque isso foi público - tinha a ver com o seguinte: a partir de determinada altura, pretendeu-se...

O Sr. Bruno Dias (PCP): - Foi a DREN!

O Sr. Presidente: - Agora não posso precisar quem pretendeu isso, se o Governo, se o Plano Tecnológico - não sei!

Mas, dizia, pretendeu-se que as câmaras assumissem os custos da ligação que era feita nas escolas à *Internet*. E lembro-me até que, na altura, a Associação Nacional de Municípios (não quero jurar, porque estou a falar de memória) disse que o custo estimado dessa ligação em todas as escolas do País seria qualquer coisa como 5 milhões de euros. Não sei se estou a dizer disparate na dimensão do número, mas tenho vagamente a ideia de que foi esse o valor de que se falou.

Portanto, a questão é esta: no desenvolvimento destes programas, que tinham sido aprovados e que estavam em execução, a determinada altura, pôs-se o problema de saber quem é que pagava, de forma continuada, essas ligações à *Internet*. E pretendeu-se que fossem as câmaras municipais a suportar esse custo e, pelo que sei, a reacção de quem representa as câmaras municipais foi negativa.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): - Sr. Presidente, pedia-lhe uma excepção ao nosso Regulamento, para formular uma pergunta...

O Sr. Presidente: - Tem de ser muito breve, para terminarmos.

O Sr. Dr. João Trocado da Mata: - Sr. Presidente, é uma pergunta de 30 segundos.

Há pouco, o Sr. Dr. João da Mata respondeu a uma pergunta de um Sr. Deputado de um outro grupo parlamentar, dizendo que o Plano Tecnológico da Educação nunca participou naquela iniciativa em que tivemos os figurantes na escola, em que José Sócrates foi anunciar a escola do futuro, e que não era o *Magalhães* que estava envolvido. Tem razão quando diz que não era o *Magalhães* que estava envolvido, mas houve outras iniciativas: lembramo-nos bem de algumas em que houve a distribuição encenada de computadores para, logo a seguir, os retirarem às crianças, como foi público.

Ora, gostava de saber quem é que arcou com o orçamento dessas iniciativas, se foi o Plano Tecnológico da Educação ou se foi outra entidade.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Dr. João Trocado da Mata.

O Sr. Dr. João Trocado da Mata: - Deixe-me tentar perceber: fala em iniciativas, em encenação...? Tenho dificuldades em dizer-lhe quem é que...

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): - Falo em iniciativas que foram públicas!

O Sr. Dr. João Trocado da Mata: - Não posso, nesta Comissão, estar a confirmar, a dar respostas, não tendo a informação concreta sobre o que

enuncia.

O Sr. Presidente: - Chegados ao fim desta audição, queria agradecer ao Dr. João da Mata a colaboração que deu à Comissão de Inquérito, bem como a presença dos Srs. Deputados.

O Sr. Pedro Filipe Soares (BE): - Sr. Presidente, se me permite, gostava de entregar na Mesa um requerimento, solicitando que nos seja fornecida a lista de todas as iniciativas das diferentes operadoras (TMN, Vodafone e Optimus) efectivamente validadas no âmbito das contrapartidas, uma vez que a nossa conclusão, da reunião da manhã, é a de que não ficou claro quais as iniciativas efectivamente validadas nem a sua quantificação.

O Sr. Presidente: - Srs. Deputados, depois das alterações que fizemos em conjunto, a próxima reunião da Comissão está marcada para o dia 15 de Março, segunda-feira. Mas apenas está confirmada a reunião das 18 horas, com o Sr. Dr. Pedro Costa (Presidente do Conselho Geral da Fundação, em representação do Estado), uma vez que foi suspensa a audição do Sr. Dr. Daniel Adrião, vogal do Conselho de Administração da Fundação, que estava agendada para as 15 horas.

Portanto, ou passamos a audição das 18 horas para as 15 horas, ou a mantemos às 18 horas, ou acrescentamos alguém para as 15 horas. Hoje mesmo, ainda vamos tentar resolver esse assunto.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

Eram 17 horas e 25 minutos.